

## Índice

Introdução . . . . .	11
1. Eça, Batalha Reis, Fialho . . . . .	23
Serão <i>Os Maias</i> um romance de conciliação nacional? — Eça de Queiroz e os pobres — Jaime Batalha Reis: da Geração de 1870 ao Estado Novo — Patologia social, voyeurismo e homossexualidade em Fialho de Almeida.	
2. Feijó, Laranjeira, Brandão, Marnoco . . . . .	91
António Feijó, o que morreu de amor — Portugal e o povo, «à coronhada» — Raul Brandão: de anarquista a crente em Deus — Escritores suicidas e violência plebeia — O Direito e a questão colonial: o caso de Marnoco e Sousa.	
3. Amadeo, Botto, Pessoa, Almada, Sarah Affonso . . . . .	165
Amadeo e a política do modernismo — Integralismo e modernismo — Uma república das Letras: o grupo da Praça da Misericórdia de Porto Alegre — Botto heterónimo de Pessoa? — Sexologia e modernismo: em torno do mundo <i>gay</i> de António Botto — A dor do fado, a pátria madrasta e António Botto — Revisitar Almada Negreiros — Valéry Larbaud e os nossos brandos costumes — Loucos, modernistas e selvagens — Sarah Affonso e a pintura «nada igual» à de Almada.	
4. Mulheres escritoras . . . . .	243
Memorialismo, conservadorismo e feminismo — Maria Archer e a força da oposição — <i>As Mulheres do Meu País</i> de Maria Lamas: um livro pioneiro — O Portugal dos monumentos e a folclorização da pobreza de Helga Glassner — Portugal de pé descalço — Emily Hahn: escritora e aventureira — Maria da Graça Freire: dos brancos pobres ao racismo — Sophia de Mello Breyner e a Índia Portuguesa — Agustina: o conhecimento do mundo — Agustina: vida, morte e família de Teixeira de Pascoaes — Maria da Graça Amado da Cunha: pianista e escritora — Ilse Losa e uma visita à Foz Velha do Porto.	

5. Intelectuais e artistas no Estado Novo . . . . .	311
Uma história social da oposição ao Estado Novo — Aquilino revisitado — Alberto da Veiga Simões: historiador e agente internacional na Segunda Guerra Mundial — O neo-realismo literário nunca existiu? — Estado Novo, anticolonialismo e censura — José Osório de Oliveira: um intelectual fascista ao serviço do colonialismo? — Victor Palla: arquitecto, escritor e fotógrafo — Nuno Medeiros: o Estado Novo e o mundo da edição — Jorge de Sena e a liberdade do génio.	
6. Resistentes, pessimistas, lutadores . . . . .	383
Álvaro Cunhal: a escrita de uma vida — Francisco Pinto Balsemão: os anos de formação — Victor Cunha Rego e uma edição quase exemplar — José Cutileiro: um antropologista entre mundos — António Barreto: uma história mal contada ou a teoria do apagão — Vasco Pulido Valente: pessimismo indígena — Onésimo Almeida: um modo de pensar e de fazer — Jorge Silva Melo: a cultura da palavra.	
7. Memorialismo, comemorações, história. . . . .	443
Racismo e Nacionalismo: de Soares dos Reis a Patrícia Mamona — A tradição memorialística portuguesa — Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura — «Contar Áfricas!»: dos Descobrimentos às histórias de África — Fernão de Magalhães descobriu o estreito de Todos os Santos — Camões: as armas, as letras, o choque de civilizações e a consciência crítica — A Praça Luís de Camões — Emigrantes à força e cultura política à portuguesa — Isabel Castro Henriques: a difícil descolonização da história de África — A escrita da história e as guerras culturais.	
8. Um meio pequeno, a universidade, a cultura popular. . . . .	507
Do alguidar de lacraus ao país nas pontas dos pés — A cultura escrita, a literatura e a língua — A universidade a reboque dos poderes — A universidade: a crise anunciada e as estratégias possíveis — O retrocesso do cânone da literatura portuguesa — O futebol antes e à margem do Estado Novo — O Manel Reis do Frágil-Lux — António Variações: uma nova política das identidades nasceu à noite? — <i>Pele Escura</i> de Graça Castanheira: um problema que estamos com ele — <i>Yoon</i> : a empatia pelo trabalho — <i>Alcindo Monteiro</i> de Miguel Dorés: «Etnografia de uma noite longa»? — A representação de sujeitos racializados, a etnografia e a questão do racismo — Desconversar — Cultura popular, cultura erudita e um catálogo bibliográfico.	
Origem dos textos . . . . .	571
Índice remissivo . . . . .	575

## Introdução

Saber se há ou não uma mediocridade que nos sufoca é o propósito deste livro. Uma mediocridade cultural e intelectual, que não se chega a constituir em alternativa e muito menos em modo de pensar a nação, em tempos de uma famigerada globalização. Uma mediocridade promovida por técnicos ou ideólogos do vazio que apelam ao ódio e se comprazem com a violência das suas políticas identitárias. Uma mediocridade que é, antes de mais, determinada por dependências de pensamento, logo, de acção, em que se encontram todos aqueles que deveriam romper com as cadeias do senso comum, do deixa-andar e da naturalização das injustiças. O respeitinho pelo consenso — a começar pelas genealogias da identidade, mais ou menos literárias ou labirínticas, em que as obras deste género ensaístico tantas vezes se encerram, com um olho posto na língua, mais ou menos engravatada, como diria Mário Cesariny, e outro na pátria — deveria dar lugar a inquéritos mais variados e prestar atenção a linguagens mais diferenciadas, mas tratadas em conjunto. É que nem a literatura, tão-pouco a poesia ou as artes, nem o ensaio, a história ou as ciências sociais podem aspirar, por si sós, a constituir-se na forma principal de conhecimento de uma comunidade que comporta em si uma variedade de movimentos e conflitos. Por isso, será escusado tentar apagar estes últimos a bem de uma unidade que geralmente se confunde com o medo de

criticar ou, como proclamam os detractores do espírito crítico, com a vergonha de entrar em polémica.

A mediocridade, a incapacidade de lidar com o contraditório, o medo de pôr em causa as instituições, aqueles que se arvoram nos seus defensores ou se armam em militantes de uma consciência moral de pacotilha, com os seus senadores de barrete enfiado, são os primeiros sinais de uma cadeia de dependência que só é camuflada pelos que se põem em bicos de pés. Percebê-lo obriga a querer saber mais acerca das condições de produção em que escrevemos e pensamos. Sem a consciência de todas as fases dessa cadeia — tantas vezes dependente de relações pessoais de obediência —, dificilmente se pode avançar, cortando com a mediocridade que faz deste país uma permanente piolheira. É que, conforme escreveu João Chagas a um suposto Fradique Filho, em Março de 1909, referindo-se a Portugal como uma «choldra irreparável»: «V., que nada fez pela pátria, quer, exige que eu lha restitua, limpa e escarolada, como dizia seu pai, não já num ano, mas numa semana, num mês [...]. Os portugueses são assim, v. é assim! Quando se trata dos seus negócios particulares, cada um se mexe e faz pela vida; quando se trata dos negócios da pátria, todos em comum delegam nos outros o cuidar deles.»<sup>(1)</sup>

Na impossibilidade de percorrer todas as cadeias que se impõem à actividade livre de pensar e de criticar, vale a pena pegar numa ponta e cortar com qualquer pretensão de exaustividade. Aliás, é preferível assumir, desde o início, que são muitos os inquéritos sobre escritores, intelectuais, artistas portugueses e movimentos culturais, de Eça de Queiroz em diante. Empreendê-los constitui, regra geral, uma espécie de ritual de passagem destinado a fazer reconhecer quem arrisca um novo olhar sobre esta ou aquela figura para conseguir entrar no campo literário e intelectual. Tal como se o passaporte para a entrada num campo estivesse na demonstração de uma capacidade de confronto com figuras já reconhecidas como parte desse mesmo campo. Um campo que, à força de ter sido tão sacralizado e monopolizado pelos que se consideram seus iniciados, necessita de ser profanado. Sem fugir ao critério enunciado, mas reflectindo sobre os seus fundamentos, este livro traça trajectórias individuais, reconstitui movimentos ou tendências e, ao mesmo tempo, reconstrói os contextos capazes de atribuir sentido às suas obras.

Longe de alinhar numa espécie de biografismo, o resultado que se pretende alcançar é o de um olhar histórico e sociológico dos escritores, dos intelectuais e dos movimentos culturais. Um olhar que procura romper com o círculo vicioso em que os estudiosos da literatura tantas vezes se encerram quando se concentram no literário para conferir legitimidade à mesma obra

---

(1) João Chagas, *Cartas Políticas*, 1.ª série (Lisboa: Oficina Bayard, 1908–1909), pp. 242–243.

literária. Ou seja, a perspectiva aqui sugerida — que afinei no contacto com os trabalhos de João Pedro George — aspira a ser mais distanciada, estabelecendo conexões capazes de transcender a consagração do literário.<sup>(2)</sup> Para isso, tanto importa ir buscar à obra aspectos situados para lá do que se presume ser a natureza poética de cada texto como encontrar, no percurso de um autor, relações e circunstâncias que ponham em causa a própria autonomia do campo literário ou artístico. A politização de muitas obras surge, então, como a resposta mais evidente, mas não a única, dessa busca.

Claro que estas considerações iniciais, ao procurarem dar coerência a textos que foram escritos de modo desgarrado, se destinam a alcançar o estatuto de um programa de pesquisa.<sup>(3)</sup> Mas seria errado pretender que este foi estabelecido à partida e executado de forma sistemática. O que sucedeu resulta de uma curiosidade dispersa, motivada por uma série de operações destinadas a ganhar distância frente ao já conhecido, procurando outros ângulos de análise. A que se vieram somar solicitações de vária ordem, em jornais, revistas e obras colectivas. E, se nem tudo é inteiramente novo, pelo menos algumas análises procuram trazer uma lufada de ar fresco às interpretações de um conjunto de autores, mesmo quando o que está em causa se resume ao retomar de velhas questões. Ao leitor competirá avaliar se, neste livro, se evitam os escolhos do anticriticismo, a saber, «a fumarenta retórica, o eruditismo formalista, o historicismo arquivístico, o comentarismo estéril, o barroquismo conceptista e cultista»<sup>(4)</sup>.

As referências culturais e a questão social — colocada pelos pobres e pela desigualdade social — constituem dois pontos de partida para discutir

---

<sup>(2)</sup> João Pedro George, *Chatear o Camões: Inquérito à vida cultural portuguesa* (s.l.: Maldoror, 2021).

<sup>(3)</sup> Neste ponto, recorro aos termos que serviram para definir o projecto de investigação gizado por Antonio Candido e Ángel Rama: «Um projecto que não admite uma ancoragem no “literário” exclusivamente (mesmo sem nunca o desprezar nem minimizar), senão que o cultural gravita neste e o político serve de macrotexto em que se encaixam outras peças: o ensino, a criação de institucionalidade», Pablo Rocca, «Prólogo», in *Conversa Cortada: A correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama* (São Paulo: Edusp, 2018), p. 17. Relembro, aqui, em particular, Antonio Candido porque gostaria de adoptar como modelo de criatividade ensaística as obras de alguns escritores brasileiros de gerações anteriores e, tal como já foi dito por um deles, «espero não mostrar-me totalmente indigno dos companheiros de geração, que se dedicaram à crítica e ao ensaio, os Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Dantas [pseudónimo de Prudente de Moraes Neto], etc., bem como dos novíssimos que tão penetrantemente se entregam hoje ao estudo das obras alheias, em especial Álvaro Lins e Antonio Candido», Sérgio Milliet, *Diário crítico (1940–1943)* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1944), p. 111.

<sup>(4)</sup> Sílvio Lima, *Ensaio sobre a Essência do Ensaio* (Coimbra: Arménio Amado Editor, 1944), p. 202.

a obra de Eça de Queiroz. Segue-se o carácter disperso, voraz e perfeccionista de um dos seus companheiros de geração: Batalha Reis. Através dele e da sua obra, será possível sondar as articulações da literatura com muitos outros campos do conhecimento: da agronomia às questões coloniais; das sondagens sobre o trabalho às relações internacionais; das questões do atraso nacional ao modo de organizar de outros Estados nacionais. Por sua vez, os escritos de Fialho de Almeida servem de base para pensar as menos estudadas tendências da literatura de fim do século XIX. É o que sucede com o voyeurismo respeitante à vida sexual, articulado com o modo de Fialho lidar com a homossexualidade. Seguindo um fio cronológico, quatro autores, cujas obras coincidem no tempo, marcaram as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX: António Feijó, com as suas experiências brasileira e no Norte da Europa; Manuel Laranjeira, com os seus retratos sobre o povo e o seu comportamento político; Raul Brandão, com os seus fragmentos de escrita e um itinerário que começou no anarquismo e acabou na descoberta de Deus; e Marnoco e Sousa, professor de Direito na Universidade de Coimbra, no maior centro de reprodução da elite política portuguesa. Em relação ao grupo anterior, a vanguarda modernista procurou transcender as preocupações pela pátria, conforme se sugere num capítulo dedicado a António Botto, Fernando Pessoa e Almada Negreiros. O Bristol, esse clube nocturno, constitui um dos laboratórios de análise do modernismo, descentrado dos lugares habituais e capaz de integrar as relações da literatura com a arte e as novas formas de sociabilidade da década de 1920. Mas o modernismo também suscita inquéritos relativos às suas relações com as correntes reacionárias ou integralistas e com uma constelação de saberes que inclui a psiquiatria e a antropologia criminal. Intelectuais e artistas, nas suas relações com o Estado Novo, constituem o objecto de um outro capítulo. Nele, procura-se fugir às antinomias que postulam comportamentos contrastados entre defensores de uma cultura oficial e militantes de uma oposição sem tréguas, passando em revista as seguintes ideias: a de um meio que, de tão pequeno que era, poucas ou nenhuma possibilidades tinha de se autonomizar; a de um Aquilino em constante confronto com a Ditadura; um neo-realismo que, através de tantos debates, nunca se conseguiu impor; o modo como se declaravam as conivências com o Estado Novo e este impunha modos de censura; e as alternativas intelectuais que sempre existiram em relação à cultura oficial. Os três últimos capítulos também partem da análise dos modos de oposição ao Estado Novo. Porém, tanto à escala de intelectuais individualizados, das políticas da memória ou de conjuntos de relações mais institucionalizadas, o objectivo é identificar descontinuidades e a criação de novas autonomias frente aos modos de reprodução de hábitos sedimentados durante o regime de Salazar.

Ante uma tal diversidade de temas, quais as principais linhas de inquérito que este livro apresenta? A primeira diz respeito ao modo, quase obsessivo, como a literatura se tem pretendido constituir como a principal forma colectiva de imaginar a nação. São as questões do atraso, dos bloqueios à modernidade sentidos na periferia, mas também os modos de recriação, construídos a partir de baixo, do povo, dos pobres, dos campos ou dos círculos mais urbanos, que se sentem sufocados porque o meio literário ou artístico é pequeno e corresponde a uma classe média débil. No fundo, é o atraso transformado em pano de fundo para a criatividade, levando uns a porem-se em bicos de pés e outros a desprezarem tudo o que aqui se fazia. Notou-o Jorge de Sena, com agudeza. Por sua vez, aferir da criatividade literária ou artística em função da unidade constituída pela nação abre a porta a outros inquéritos, em que sobressaem os modos de distinção e discriminação social, em que se colocam questões de diferença racial e se descobrem profundas desigualdades de género e de comportamento sexual. Não se trata de repetir o estribilho acerca das questões de classe, raça e género, aplicando-o a um país que constantemente avalia a sua própria identidade em termos de lógicas da integração, mas de pensar a literatura como uma forma por excelência da tomada de consciência, em comparação com os discursos próprios da história e das ciências sociais. Estas últimas, talvez devido às dificuldades sentidas na sua própria institucionalização, afiguraram-se quase sempre residuais, limitadas a uma elite, quando comparadas com as possibilidades, mais artesanais e individuais, da literatura e do ensaio. Talvez por isso mesmo seja pertinente aproximar a literatura das artes — na contramão dos limites disciplinares hoje impostos, que relegam os artistas contemporâneos para um poço de ignorância em relação à escrita —, sem esquecer esse outro género de uso mais barato, porque não dependente de grandes aparatos organizacionais, que é o ensaio.

Os modos como a literatura configura a nação conjugam-se, pois, com preocupações respeitantes às diferenças sociais, raciais e de género. Recorde-se, a este respeito, que «a descoberta da miséria foi, no século XIX, um choque espiritual tão violento e tão revolucionário como a descoberta de Deus ou do sexo»<sup>(5)</sup>. E se não tivemos nenhum Victor Hugo, Dickens ou

---

(5) Vasco Pulido Valente, *Às Avestas* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1990), p. 52. Uma ideia, aliás, repetida inúmeras vezes: «A questão do século XIX foi a da pobreza», Michel Foucault, *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France. 1976* (Paris: Seuil/Gallimard, 1997) [*É Preciso Defender a Sociedade. Curso no Collège de France (1975–1976)*, trad. Carlos Correia Monteiro de Oliveira (Lisboa: Livros do Brasil, 2006), p. 295]. Muito antes, Karl Polanyi também escreveu no mesmo sentido: «Uma vez compreendida a importância da pobreza, o século XIX podia entrar em cena», *A Grande Transformação*, trad. Miguel Serras Pereira (Lisboa: Edições 70, «História e Sociedade», 2012; 1.ª ed., 1944), p. 269.

Eugène Sue, os operários foram retratados por Abel Botelho e os pobres por Raul Brandão, a que se somaram os manifestos do neo-realismo sobre os miseráveis, incluindo *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes. Mas, já muito tempo antes, Almeida Garrett se tinha questionado: «Eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?»<sup>(6)</sup>

Retomando o fio à meada, as comparações acerca do alcance das literaturas nacionais, com um tom autodepreciativo, são comuns no universo literário, incluindo o da sua crítica; por exemplo, E. M. Forster considerava que não havia na literatura inglesa nenhum escritor tão grande quanto Tolstói, Dostoiévski ou Proust.<sup>(7)</sup> Assim sendo, os estudos sobre a literatura, as artes e a vida intelectual são, neste livro, objecto de um confronto com os discursos fundados em outros critérios de prova, da história às ciências sociais. É que uma história social dos intelectuais e dos escritores também pode servir de ponto de partida para outros inquéritos em que, através da análise do trabalho intelectual dos outros, encontramos os instrumentos necessários para o exame crítico do que é feito por nós, numa configuração intelectual que passou a estar dominada pela academia e que é, por isso mesmo, distinta das anteriores. Acrescente-se que a insistência no século xx, por parte de quem tem uma maior familiaridade de pesquisa com períodos anteriores, não resulta de nenhuma operação de carácter compensatório, tendo em vista alcançar a exaustividade. Ou seja, não se trata de procurar cobrir todas as áreas de uma história temática de Portugal.

Essa insistência resulta apenas da convicção de que o trabalho intelectual que empreendemos no presente tem de se dotar dos meios destinados ao seu próprio controlo; porque, se o não fizermos, em lugar de controlar os próprios instrumentos analíticos, passamos a depender dos que os forjaram, noutros lugares, para responder a solicitações dos momentos em que escreveram. Por sua vez, a análise do trabalho intelectual, na medida em que obriga a encontrar os instrumentos necessários para pôr em perspectiva grupos e relações, também conduz à sua diferenciação em relação a outras configurações culturais. É o caso das que costumam ser designadas como fazendo parte de uma cultura popular ou de massas. De facto, desde o século xix, multiplicaram-se as interrogações acerca da relação entre a literatura e o povo. Teófilo

---

<sup>(6)</sup> Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, ed. Augusto da Costa Dias, 3.ª ed. (Lisboa: Estampa, 1977; 1.ª ed., 1846), p. 96.

<sup>(7)</sup> E. M. Forster, *Aspects of the Novel* (Harmondsworth: Penguin Books, 1980; 1.ª ed., 1927), p. 26.



Braga lia a história da literatura portuguesa com base na aproximação ou no afastamento entre escritores e cultura popular. Miguel de Unamuno, apesar de não ter Teófilo em grande estima, seguiu-lhe o encaicho. Considerou que *Os Lusíadas* só eram um poema nacional, cheio de todos os lugares-comuns do Renascimento, por revelar o deslumbramento causado pelas viagens ao Oriente no espírito primitivo do campesinato português. Porém, Camões não poderia ser considerado um escritor popular, só Camilo merecia este qualificativo, graças às suas novelas sentimentais. Feita uma tal comparação, Unamuno acrescentou, numa nota de evidente cepticismo, uma interrogação sobre o que eram ou poderiam ser escritores populares «num país em que a grande maioria são analfabetos»<sup>(8)</sup>.

Uma outra convicção atravessa este livro: é urgente chamar a atenção para um conjunto de escritoras e artistas que, pelo facto de serem mulheres, deveriam suscitar um tratamento à parte e mais extenso. É que, com todos os avanços já registados, a academia, muito mais do que os jornais, continua a ter dificuldade em falar das mulheres e em fazer frente aos modos de produção da discriminação baseados numa diferença de género. Será mesmo verdade que «a autoria feminina na tradição literária nacional é escassa»<sup>(9)</sup>? Tenho sérias dúvidas e não alinho em andar à cata de obras tidas por excepcionais só por serem de autoras femininas. O que me parece necessário é reconstituir articulações entre campos diversos. A começar pelas ligações entre literatura e artes. A este propósito, existe neste livro um pequeno fio condutor que é constituído pelas considerações em torno da pintura de Aurélia de Sousa, do modernismo e da condição social do artista, ao longo do século xx, face aos modos de institucionalização e de autonomia da arte.

Exemplar é o caso desse laboratório de experiências, cuja memória quase se perdeu, do já referido Bristol, um *cabaret* de Lisboa que, enquanto tal, quase não cabe nas divisões disciplinares inventadas pela academia. Aliás, o modelo era o de Paris, onde a vida nocturna dos teatros, *boîtes* e *bistros* se constituía em espaço da vida boémia — no qual se assistia à circulação e formação de intelectuais e artistas — a que se somavam as *boîtes* do Harlem.<sup>(10)</sup> Mas não se esqueça o que sucedeu com o Pombo, em Madrid. Porém, o que se erguia ao estatuto de modelo era também objecto de denúncia horrorizada, quando os clubes luxuosos, os *cabarets de nuit* e as casas de jogo eram

---

<sup>(8)</sup> Miguel de Unamuno, «Las Ánimas del Purgatorio en Portugal» [1908], in *idem, Por Tierras de Portugal y de España*, 3.<sup>a</sup> ed. (Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1946), p. 46.

<sup>(9)</sup> Paula Morão, «Mulheres escritoras nos anos 30 e 40», in *História da Literatura Portuguesa*, vol. 7 – *As Correntes Contemporâneas*, eds. Óscar Lopes e Maria de Fátima Marinho (Lisboa: Alfa, 2002), p. 135.

<sup>(10)</sup> Fernanda de Castro, *Ao Fim da Memória*, vol. I – *Memórias (1906–1939)* (Lisboa: Verbo, 1986), pp. 124–126, 318–319.

tidos como antros onde se dançava, ceava e jogava à roleta, à banca francesa e onde o *champagne* corria como água.<sup>(11)</sup> Claro que esta combinação entre jogos de azar e dançarinas, que «mostravam as pernas em público», em estabelecimentos de outro género que também foram alvo de perseguição, tem uma história que está por fazer.<sup>(12)</sup> Um conjunto de novelas, centradas na vida urbana e em figuras que oscilavam entre a boémia e a vida intelectual, dá conta desse duplo movimento de atracção pela cidade moderna e respectiva repulsa: *Leviana* (1921) de António Ferro, *Sangue Negro* (1923) de Ferreira de Castro, *Os Noctívagos* (1924) de João Ameal, *A Virgem do Bristol Clube* (1928) de Reinaldo Ferreira – Repórter X, *O Preto do Charleston* (1929–1930?) de Mário Domingues e *A Bailarina Negra* (1931) de Guedes de Amorim.<sup>(13)</sup>

Por último, nunca será de mais lembrar que o discurso de intelectuais, artistas e escritores é um discurso de gente culta sobre ela mesma. Por isso, pode ser visto como autorreferencial ou, de modo menos prosaico, como uma pescadinha de rabo na boca. O que mais importa são as relações, o modo como elas se configuram e evoluem, excluindo outros posicionamentos. Um exemplo encontra-se na análise de Sampaio Bruno, quando, em 1906, distinguia entre o Portugal literário, constituído pela «gente culta lusitana ou que de tal se jacta», e o povo português que nem Portugal conhecia. E, para demonstrá-lo, escreveu:

Na verdade, o povo português (falo, particularmente, da gente rural) não sente já a continuidade histórica, e não possui hoje a mínima notícia da tradição da nacionalidade. Chega a encontrar-se exemplos de ignorância, até, da base geográfica, ainda que vaga, do país. Eu já conheci uma mulher, aliás esperta e videira, que não sabia que a nossa nação se chamava Portugal e supunha que se

---

(11) ANTT, ADLSB/AC/GCL/E-B/003/0033 (Petição de Mário de Freitas Ribeiro, pelo Bristol, na sequência de uma rusga policial; despacho de Ferreira do Amaral, Abril de 1924, acusações de jogo e batota) [O mesmo Ferreira do Amaral, enquanto chefe de polícia em Lisboa, envolvido na repressão dos movimentos de trabalhadores, veio a ser alvo de um atentado em 1925, ver Paulo Eduardo Guimarães, «Anarquismo, violência e protesto popular durante a Primeira República em Portugal», in *Anarquismo, Trabalho e Sociedade: Livro em homenagem a João Freire*, eds. Luísa Veloso et al. (Coimbra: Almedina, 2017), p. 72]; Carlota de Serpa Pinto (Clarinha, pseudónimo), *Cartas à Prima: Crónicas de Lisboa* (Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.), p. 45; Armando Marques Guedes, *Páginas do Meu Diário* (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1957), p. 144.

(12) Júlia Leitão de Barros, *Os Night Clubs de Lisboa nos Anos 20* (Lisboa: Edições E.I.R.L., 1990); Mário Areias, «O “Café Chinês”», *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, vol. III, n.º 1 (1964), pp. 11–18, *maxime* p. 16;

(13) António Rodrigues, *António Ferro na Idade do Jazz-Band* (Lisboa: Livros Horizonte, 1995), pp. 71–75.

chamava, a tudo, *Porto*. Teve uma extrema, imensa surpresa, quando eu lhe fiz essa inverosímil revelação.<sup>(14)</sup>

Outro exemplo, mas de sentido bem contrário, encontra-se numa referência de Unamuno — que viajou pelo Norte de Portugal, guiado por Guerra Junqueiro e Joaquim de Vasconcelos — às cangas dos bois. Segundo ele, estas andavam a «lavar o mar» em Espinho, exibindo, muitas vezes, entre os desenhos e a talha decorativa, as armas de Portugal.<sup>(15)</sup>

Porventura mais importantes, na formação de um discurso literário acerca dos próprios autores, são as tentativas destinadas a definir movimentos, tendências ou grupos no interior de uma geografia de contornos variáveis. Não foi por acaso que Eça encheu os seus livros de referências a outros escritores, poetas e literatos. Sem com isso deixar de ridicularizar o Bibi de *O Crime do Padre Amaro*, o Ernestinho de *O Primo Basílio*, o Tomás de Alencar de *Os Maias*, e fazendo o mesmo na suposta carta *A Manuel* assinada por Fradique Mendes. Sampaio Bruno falava desse *Cenáculo*, que tinha em Antero de Quental a sua figura central, como um pequeno círculo constituído por um número muito limitado de cabeças pensantes, que procuraram formular um programa revolucionário ou reformista. As Conferências Democráticas do Casino foram um desses momentos, no qual se prestara particular atenção ao que se passava lá fora, sobretudo, com a Comuna de Paris.<sup>(16)</sup> Na mesma ocasião, quando os exércitos alemães se preparavam para arrasar Paris e para deixar morrer à fome a sua população, Andrade Corvo temia a anarquia, chamando a atenção para os perigos de um confronto entre a França e a Prússia, em termos de uma oposição entre os princípios democráticos de um Estado de direito e o expansionismo imperialista e militarista fundado na teoria das raças.<sup>(17)</sup> Manuel Pinheiro Chagas procurou responder a todos esses movimentos, encontrando resposta na «opinião conservatista, liberal burguesa, constitucionalista e moderada, economista e ordeira»<sup>(18)</sup>. E Camilo, no retrato

---

<sup>(14)</sup> Sampaio Bruno, *Os Modernos Publicistas Portugueses* (Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmãos, 1906), pp. 1–35, 109.

<sup>(15)</sup> Miguel de Unamuno, «La pesca de Espinho» [1908], in *idem, Por Tierras de Portugal y de España*, 3.<sup>a</sup> ed., *op. cit.*, pp. 56, 61.

<sup>(16)</sup> Alexandre Cabral, *Notas Oitocentistas*, vol. I (Lisboa: Plátano Editora, 1973), pp. 9–89, *maxime*, pp. 43–82. Para a Comuna de Paris, com indicações bibliográficas, ver Luís Bigotte Chorão, *Para uma História da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX seguido de «A Questão Anarchista» de Bernardo Lucas* (Lisboa: Letra Livre, 2015), pp. 58–59.

<sup>(17)</sup> Andrade Corvo, *Perigos* (Lisboa: Tipografia Universal, 1870).

<sup>(18)</sup> Sampaio Bruno, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, *op. cit.*, pp. 37–46, *maxime* p. 35 [acerca de Pinheiro Chagas e do seu livro intitulado *História da Revolução da Comuna de Paris* (Lisboa: José Augusto Vieira Paré, 1872)]; Óscar Paxeco, *Pinheiro Chagas: Ministro*

que traçou de Teófilo Braga, em 1880, destilou o fel contra um dos representantes dessa nova geração, do seguinte modo:

Os livros do snr. Teófilo Braga são uma balbúrdia, retraços de ciência apanhados a dente, mal mascarados, um cérebro atrapalhado como armazém de adeleiro, golfos de bolo não esmoído. Coisas apocalípticas. Muito desatadas. Em prosa deslavada, derreada, enxarciada de galicismos, caótica, apontoadada do enxacoco de retalhinhos apanhados à toa numa canastra de apontamentos baralhados e atirados para o prelo.<sup>(19)</sup>

Aparentemente, desde Antero ou Eça em diante, durante mais de um século, a vida intelectual portuguesa terá recriado essas antinomias. Uma ideia que permanece válida, sobretudo, para os que continuam a alimentar, através de celebrações e contracomemorações, a luta entre modernos e tradicionalistas, heterodoxos e ortodoxos, estrangeirados e castiços, a esquerda e a direita, a consciência moral do que está bem *versus* o horroroso mal, superestruturas e infra-estruturas... Contudo, será que a história intelectual de escritores e artistas terá de se reduzir, hoje, ao mesmo sistema de oposições?

Jorge de Sena, por exemplo, preferiu acentuar os sinais da reprodução social, ao denunciar o carácter aristocratizante da literatura clássica portuguesa, «feita por membros das famílias dominantes»; para ele, se o século XIX e os republicanos de 1910 propagaram o mito da burguesia portuguesa, o certo é que eles próprios eram «fidalgos de solar, da pequena nobreza provincial ou administrativa»<sup>(20)</sup>. A opinião de Sena não andava longe da denúncia de Curt Meyer-Clason, grande observador da realidade portuguesa, quando explicava, a respeito da relação de parentesco entre Ruben A. e Sophia, que, em Lisboa, «todos são aparentados, tudo está ligado a tudo, como no país inteiro, que, apesar de ser um novelo de disputas, guerras de nervos, fome de poder e fomes, é como se fosse uma só família»<sup>(21)</sup>. Em comparação, no outro lado

---

*do Ultramar* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1948); João Medina, *Eça de Queiroz e a Geração de 70* (Lisboa: Moraes Editores, 1980), pp. 179–202, *maxime* pp. 180–181; Alfredo Campos Matos, *Sobre Eça de Queiroz* (Lisboa: Livros Horizonte, 2002), pp. 85–87, 98–99; Maria Filomena Mónica, *Ensaio sobre Eça de Queiroz* (Lisboa: Relógio d'Água, 2007), pp. 65–92; António Pedro Barbas Homem, *Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, 1842–1895: Uma biografia* (Lisboa: Assembleia da República, 2012).

<sup>(19)</sup> Camilo Castelo Branco, *A Senhora Rattazzi: nova edição – Mais incorrecta e augmentada* (Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1880), p. 29.

<sup>(20)</sup> Eduardo Lourenço e Jorge de Sena, *Correspondência*, ed. Mécia de Sena (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991), p. 64.

<sup>(21)</sup> Curt Meyer-Clason, *Diários Portugueses (1969–1976)*, ed. João Barrento (Lisboa: Documenta, 1997), p. 66.

do Atlântico, Sérgio Milliet associava a produção literária brasileira «directamente ao fenómeno da urbanização»; ao mesmo tempo que insistia no facto de o principal interesse do crítico ser «antes de tudo a vida social»<sup>(22)</sup>. E não existirão muitos outros ângulos que permitam fazer essa mesma história, sem repetir os termos de antinomias que, à força de se terem difundido, não só se gastaram, mas acabaram por se naturalizar, a ponto de parecer que estamos nelas encerrados?

A resposta a estas duas questões, sem cair em generalizações abusivas, encontra-se no trabalho analítico desenvolvido neste livro. Resta saber se as análises aqui ensaiadas, estudos de caso seleccionados de modo fragmentado e parcelar, se constituem mesmo numa perspectiva capaz de criar distância, ganhando em objectividade, ultrapassando ideias feitas e fugindo a estafadas lógicas de comemoração.

---

<sup>(22)</sup> Sérgio Milliet, *Diário Crítico (1940–1943)*, *op. cit.*, pp. 186, 307.